

## O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM CIDADES HISTÓRICAS

Leonardo Nunes<sup>1</sup>

Luciana Gomes Machado Nascimento<sup>2</sup>

Jailton de Jesus Costa<sup>3</sup>

### Desenvolvimento Urbano e Rural (Mobilidade urbana e Turismo)

#### *Resumo*

O presente artigo teve como objetivo abordar o impacto do turismo cultural na preservação do patrimônio histórico, identificar seus benefícios e impactos causados no local além de abordar a importância do desenvolvimento do turismo sustentável nos centros históricos como forma de minimizar os impactos causados pela atividade turística. Para tanto, buscou-se, por intermédio de pesquisa bibliográfica, realizar uma revisão de literatura a respeito dos conceitos de turismo, patrimônio histórico, turismo cultural, turismo sustentável, os quais balizaram a discussão proposta neste artigo. Através dos resultados encontrados nos trabalhos analisados pode-se observar que o turismo cultural é um nicho ainda recente dentro da atividade turística, aliás, desponta como uma atividade ainda a ser explorada.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Leonardo Nunes, email@gmail.com. Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE – Departamento de Engenharia, leardonunes.santana@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Profa. Me. Luciana Gomes Machado Nascimento, Universidade Federal de Sergipe – Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Departamento de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, arq.lmachado@gmail.com.

<sup>3</sup> Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa – Universidade Federal de Sergipe – Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Departamento de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, jaicosta.se@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT:

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que implica a movimentação de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais ou comerciais / profissionais (<https://www.unwto.org/>).

Em complemento à este conceito, os autores Funari e Pinsky (2012, p. 7) entendem que Turismo “é o deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24h, com a finalidade de retorno”. Nessa perspectiva, o turismo refere-se ao ato de viajar, com intenção de retorno ao seu habitat natural, à sua moradia permanente (VARGAS; PAIVA, 2016).

Tendo em vista os vários tipos de nichos do turismo, de acordo com o interesse do viajante, destaca-se o turismo cultural, tratado por hora nessa pesquisa. Durante muito tempo, segundo Espeso-Malineró (2019 - tradução nossa), a academia considerou o turismo cultural como uma forma de turismo alternativo, deixando de lado seu grande potencial. Salazar e Zhu (2015 - tradução nossa) entendem que entre os nichos de tipos diferentes de turismo, o turismo cultural é um dos que crescem mais rapidamente em todo o mundo. De acordo com os autores, estima-se que 1/3 de todas as modalidades de turismo seja relacionada com visitas à sítios históricos, monumentos e paisagens, o que demonstra o quanto este nicho está se desenvolvendo.

O turismo cultural foi constituído basicamente como segmento do turismo urbano. Para Cláudia Henriques (2003) a disseminação do processo de turistificação da cidade e da cultura conduziu à evolução das abordagens do planejamento urbano e turístico. Para a autora, foram inseridos nesse processo de planejamento a preocupação e o respeito pela qualidade do espaço e do patrimônio.

Para esse segmento, percebe-se uma relação mais intensa entre turismo e patrimônio, onde essa relação está baseada na preocupação da revitalização da cidade histórica ou dos centros históricos. Além disso, nesse nicho do turismo, a cultura assume uma dimensão mais ampla do que somente atividades artísticas, incorpora nesse momento, o patrimônio construído, nesse caso, “o patrimônio é visto como parte da tradição cultural da sociedade” (HENRIQUES, 2003, p. 37).

Objetiva-se com esse trabalho abordar o impacto do turismo cultural na preservação do patrimônio histórico, identificar seus benefícios e impactos causados no local além de abordar a importância do desenvolvimento do turismo sustentável nos centros históricos como forma de minimizar os impactos causados pela atividade turística.

## METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto optou-se pela Revisão Narrativa de Literatura. De acordo com Vosgerau e Romanowsk (2014) trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa, apropriada para discutir o estado da arte de um determinado assunto. Esse tipo de método é constituído por análise de uma literatura, sem estabelecer um procedimento rigoroso em nível de reprodução de dados e respostas quantitativas, portanto, a triagem dos estudos e a interpretação das informações estão sujeitas à subjetividade dos autores.

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas múltiplas formas de pesquisa, dentre elas, livros, revistas especializadas e, principalmente, repositórios do Google

Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO) que tratavam exclusivamente sobre turismo, patrimônio histórico, turismo cultural e turismo sustentável.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Mrda e Scitaroci (2015 - tradução nossa) o turismo com ênfase cultural e patrimonial começou a se formar e a crescer em oposição ao turismo de massa praticado comumente. Esse fato pode ser explicado observando que, o turismo patrimonial e cultural geralmente é motivado pelo interesse histórico, artístico ou científico, curiosidade sobre estilos de vida ou pelo próprio patrimônio (ROSENFELD, 2008 - tradução nossa).

Segundo Salazar e Zhu (2015 - tradução nossa), pesquisas apontam algumas características intrínsecas aos visitantes de sítios históricos: são usuários mais educados, gastam mais, viajam em grupos e tem maiores rendimentos que a média dos turistas. Para a Organização Mundial do Turismo, o turismo cultural é um tipo de atividade onde a motivação principal do visitante é aprender, descobrir e experimentar as trações culturais de um determinado destino (ESPESO-MALINERO, 2019 - tradução nossa).

Felicidade e Silva (2019) acreditam que o patrimônio cultural se tornou um dos maiores motivadores de deslocamentos para turistas que buscam novas experiências, partindo do pressuposto que estes lugares instigam a curiosidade das pessoas que querem conhecer manifestações culturais que não fazem parte de seu cotidiano.

Infelizmente, apesar do interesse diferenciado no patrimônio ou história de um determinado local, esse tipo de turismo também pode significar um potencial destrutivo, visto que “a pressão das atividades do turismo, muitas vezes, contradizem as necessidades do patrimônio cultural” (MRDA; SCITAROCI, 2015, p. 02. Tradução nossa).

Percebe-se que a interrelação entre patrimônio e turismo é complexa. Se por um lado, o turismo é amplamente reconhecido por seus resultados tangíveis, a exemplo do aumento de receitas e geração de empregos) e menos tangíveis (melhoria da qualidade de vida), por outro, o turismo cultural está eternamente em conflito com a conservação e valores culturais, visto sua dimensão exploratória (ROSENFELD, 2008 - tradução nossa).

Essa dualidade tem presença constante nas discussões acerca das relações existentes entre patrimônio e turismo, pois por um lado existem os benefícios econômicos, por outro, questões mais profundas como as de natureza ética, mudança do estilo de vida dos proprietários, questões ligadas ao direito de propriedade, além de outros conflitos (SALAZAR; ZHU, 2015 - tradução nossa).

De acordo com o Ministério do Turismo (2007), os principais efeitos negativos do turismo estão relacionados com o excesso de habitantes temporários em um determinado local, interferindo no meio natural e humano, e continua afirmando que o turismo praticado sem planejamento pode contribuir para a aceleração do processo de modificação da cultura local, costumes podem ser transformados e são criadas novas necessidades de consumo. Além disso, pode sobrecarregar a infraestrutura existente de abastecimento de água, de luz e esgotamento sanitário. Somado a esses fatores, está a deterioração de sítios históricos.

Como recurso para uma melhor compreensão dos impactos associados à atividade turística em cidades históricas, foi construído o Quadro 01, relacionando os problemas e atividades antrópicas com os impactos ambientais relacionados.

**Quadro 01-** Relação das atividades antrópicas com os impactos ambientais associados.

<b>PROBLEMAS OU ATIVIDADES</b>	<b>PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS</b>
Valorização do uso do solo no entorno do centro histórico	Aumento de áreas impermeabilizadas; Poluição atmosférica e sonora causada pelo trânsito; Maior geração de efluentes sanitários; Necessidade de uso maior de água; Redução de áreas livres - verdes
Aumento do tráfego de veículos	Poluição do ar; poluição sonora
Aumento da demanda de abastecimento de água potável e energia	Uso insustentável da água potável; aumento no fluxo na geração de esgoto sanitário; possibilidade de sobrecarga nos sistemas de abastecimento
Modificação dos padrões de consumo	Aumento na geração de resíduos sólidos que podem ser descartados de forma incorreta
Alterações do estilo de vida da população local	Aumento dos padrões de consumo, geração de resíduos.

Necessidade de obras de infraestrutura	Construções irregulares, geração de resíduos de construção civil, poluição visual, impermeabilização de áreas verdes
Aumento da geração de Resíduos sólidos	Contaminação do solo; Poluição visual Danos à saúde dos animais
Aumento de população sazonal	Aumento na geração de resíduos sólidos; Depredação da infraestrutura do centro e dos monumentos; Prejuízo às espécies de fauna e flora locais, aumento do tráfego de veículos ocasionando poluição sonora e atmosférica e congestionamentos; danos à monumentos e ao patrimônio construído.

**Fonte:** Adaptado de Dias *et al* (1999) - Manual de Impactos Ambientais.

Observa-se que os impactos ocasionados permeiam desde conflitos socioculturais até danos ao meio ambiente e ao patrimônio construído. Perpassa pelo aumento da geração de resíduos sólidos, demanda de abastecimento de água e conflitos com a comunidade local.

Esses impactos negativos, conforme afirma Oliveira (2003, p. 12), são potencializados em cidades históricas, onde muitas pessoas optam por viver em tais cidades. No entanto, é preciso saber que elas não foram projetadas para as condições de vida e desenvolvimento contemporâneo. “As ruas, em geral, são estreitas, não há locais de estacionamento e as lojas e o comércio dividem espaços com residentes e visitantes”. Para o autor, não somente o ambiente natural precisa ser protegido, mas também o ambiente construído pelo homem merece atenção e sua importância não deve ser subestimada.

Para Salazar e Zhu (2015 - tradução nossa), os problemas relacionados com o desenvolvimento patrimonial e cultural ao redor do mundo são bem similares no tocante ao planejamento, gerenciamento e interpretação do patrimônio. Até nas economias mais avançadas são diagnosticados problemas de conflito gerados pela saturação da proporção entre visitantes e população local. Segundo os autores “o desenvolvimento do turismo de patrimônio é, ao mesmo tempo, um risco e um oportunidade” se levar em consideração os fatores negativos e os benefícios que surgem com essa atividade (SALAZAR; ZHU, 2015, p. 253. Tradução nossa).

Sob outro ponto de vista, o Ministério do Turismo aponta que “o turismo pode

ajudar a estimular o interesse dos moradores por sua própria cultura, suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados” (BRASIL, 2007, p. 52). Para Mrda e Scitaroci (2015 - tradução nossa), a cooperação entre o turismo e patrimônio criam oportunidades de parcerias e pode reintroduzir as pessoas de volta às suas raízes culturais, fortalecendo o interesse em sua história e cultura e reforçam que esta simbiose tornou-se um dos principais objetivos da gestão e planejamento em áreas de interesse turístico.

Nesse sentido, Henriques (2003) acredita que a imagem das cidades históricas está, na maioria das vezes, vinculada à degradação, decadência e ao abandono, agravados ao longo de décadas de falta de planejamento, esquecimento e inclusive saída da população. Para a autora, o turismo cultural passa a funcionar como fator de inversão dessa imagem de degradação e mais, o crescente interesse por essas áreas passa a contribuir e incentivar as medidas de conservação e salvaguarda do patrimônio.

No entanto, as tratativas dos problemas envolvendo a relação Turismo e Patrimônio não é tão simples, Funari e Pinsky (2012, p. 24) afirmam que um dos maiores desafios que envolve essa relação é encontrar um ponto de equilíbrio entre as finalidades geralmente atribuídas ao patrimônio cultural, quais sejam: “ser suporte de identidade e fonte de divisas”. E continuam com a indagação: como aproveitar as múltiplas possibilidades das representações do passado, sem mutilar a memória da sociedade?

Um dos caminhos para a resposta a esse questionamento é a internalização dos preceitos do desenvolvimento sustentável às atividades turísticas. De acordo com BRASIL (2007):

O modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação ao meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais (BRASIL, 2007, p. 22).

Além disso, aponta que a atividade turística deve ser democratizada e acessível, visto que deve ser entendida como direito de todos.

Foi sob essa perspectiva que foi elaborado pela OMT, entre os anos de 1997 e 1999, o Código Mundial de Ética para o Turismo<sup>4</sup>. De acordo com Brasil (2007), o código apresenta um conjunto de artigos que tem como objetivo ajudar na redução dos impactos negativos que o turismo gera no meio ambiente natural e na herança cultural de muitas localidades receptoras. Em seu artigo 4 - Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade, traz especificamente recomendações acerca das atividades turísticas em área de valor patrimonial e cultural e enfoca que:

As políticas e atividades turísticas se inteirarão a respeito do patrimônio artístico, arqueológico e cultural que devem proteger e transmitir para as gerações futuras. Será concedida atenção particular à proteção e à recuperação dos monumentos, santuários e museus, como também dos lugares de interesse histórico ou arqueológico, que devem estar amplamente abertos à visitação turística (BRASIL, 2007, p. 118).

Para além das questões relacionadas com ética e manutenção de monumentos, estão em uma situação de importância, as ações de gestão e planejamento do turismo. Para Espeso-Molinero (2019 - tradução nossa) para alcançar a sustentabilidade no turismo cultural é necessário revisar desde seu planejamento, a gestão e a maneira pela qual as diferentes áreas são priorizadas. O autor insere nesse pensamento a atenção à capacidade de carga dos recursos, e acredita que esse é um dos caminhos para a sustentabilidade.

Esse conceito de capacidade de carga ou de suporte é abordado por vários autores. Para Brasil (2007, p. 124) “é o nível ótimo (máximo aceitável) de uso que uma área pode receber com alto nível de satisfação para os usuários e mínimos efeitos negativos sobre os recursos”. Para Oliveira (2003, p. 17) capacidade de carga pode ser definida como “a extensão em que o meio ambiente pode tolerar a atividade humana sem sofrer danos inaceitáveis”. De uma forma geral, quando aplicada ao turismo, a capacidade de carga refere-se ao número de indivíduos que podem ser acomodados em um lugar sem afetar o

---

<sup>4</sup> Esse código recebeu contribuições de mais de 70 Estados Membros do setor privado, das ONGs e das organizações de trabalhadores em turismo. Aprovado em 1999, na Assembleia Geral da OMT (BRASIL, 2007).



meio ambiente, a população local ou a satisfação do próprio visitante. São contempladas as características dos turistas e dos recursos do destino, bem como as particularidades e os interesses da população local (BUNGE, 2010).

Assim sendo, pode-se relacionar a capacidade de carga das cidades com o conceito de Resiliência urbana. No entanto, antes de discutir o conceito de Resiliência Urbana, é necessário enfatizar que “a ideia de resiliência ficou por séculos confinada às engenharias e tão somente há 40 anos passou a ser simultaneamente adotada por ecólogos (1973) e psicólogos (1974)”, conforme afirma Veiga (2017, p. 237) e conclui “que nos dois casos, para designar, a grosso modo, a capacidade de recuperação sistêmica pós-choques, ou capacidade de absorção de choques e subsequente reorganização para funcionar como antes”.

A Organização das Nações Unidas – ONU entende que, nos últimos anos, a resiliência emergiu como um tema central do desenvolvimento urbano, “sendo usada como base para uma gama de intervenções e investimentos estratégicos entre as principais instituições de desenvolvimento do mundo” (ONU, 2016, p. 01).

Segundo a ONU (2016), a resiliência foca não apenas na forma como os indivíduos, comunidades e negócios agem face aos diversos impactos e pressões, mas também como também na forma que eles identificam oportunidades para um desenvolvimento transformacional. Posto isto, continua “nesse sentido, a resiliência é tanto uma qualidade do desenvolvimento urbano sustentável quanto um estímulo ao próprio desenvolvimento” (ONU, 2016, p. 01).

A atenção dada à Resiliência, especialmente a urbana, trouxe um significativo número de avanços às discussões acerca do planejamento urbano. Para a ONU (2016):

Ela estimula a atenção a uma maior gama de impactos e procura entender como eles afetam os sistemas urbanos. Procura, também, aumentar o conhecimento sobre os riscos, exposições e vulnerabilidades, visando identificar oportunidades para um desenvolvimento transformacional (ONU, 2016, p. 03).

Diante do exposto pode-se compreender as características de Resiliência das cidades

históricas, passando por transformações constantes, danos e modificações, no entanto, ainda possuem a capacidade de reorganização e de recuperação após choques.

Voltando à discussão acerca do turismo sustentável, Salazar e Zhu (2015) entendem que o desenvolvimento sustentável no turismo requer parcerias a longo prazo sem excluir a comunidade local no processo de planejamento. Para os autores, surge a necessidade de novas ideias e concepções para conciliar o turismo e a preservação com o desenvolvimento sustentável. As propostas de gestão sustentável podem partir da identificação da problemática de cada local, que seria seu principal ponto de partida para propostas de uma gestão sustentável (PHILIPPI JR.; RUSCHMANN, 2010). Por fim, segundo Mrda e Scitaroci (2015 - tradução nossa) integrar cenários de reconhecimento, avaliação e proteção do patrimônio insere identidade no processo de planejamento. Essa valorização desencadeia um novo tipo de processo, mais participativo, respeitando a identidade de cada localidade.

Portanto, torna-se importante a compreensão de cada localidade, além da identificação de suas potencialidades e fragilidades, do incentivo à organização do turismo cultural sustentável, assim como da percepção da relação existente entre as intervenções realizadas e a valorização do patrimônio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema discutido no trabalho pode-se observar que o turismo cultural é um nicho ainda recente dentro da atividade turística, deixado de lado de início, esse nicho desponta como uma atividade ainda a ser explorada, com a peculiaridade de possuir um perfil de usuário distinto e mais cuidadoso com o local visitado. Ainda assim, essa atividade representa riscos ao patrimônio, assim como benefícios. Essa dualidade ainda é bem debatida quando se trata de centros históricos, no entanto, observa-se o surgimento do

turismo cultural sustentável como uma proposta capaz de unir as vantagens oferecidas pelo desenvolvimento dessa atividade com a manutenção dos locais de visitação. Essa atividade requer ainda parcerias sem esquecer a inserção da comunidade local em todo processo de planejamento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Turismo. Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade – Brasília, 2007.
- BUNGE, V. La capacidad de carga en la planeación territorial: una propuesta para su análisis. Cidade do México: Instituto Nacional de Ecología, 2010.
- DIAS, M. do C. O.; *et al.* Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste, 1999. 297 p.
- ESPESO-MALINERO, Pilar. Tendencias del turismo cultural. Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol 17, nº6. P 1101-1112. 2019.
- FELICIDADE, Luciana Aparecida, SILVA, Elcione Luciana. Turismo cultural e interpretação do Patrimônio na cidade de Diamantina – Minas Gerais/Brasil. Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol 17, nº4. P 759-778. 2019.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINKY, Jaime (orgs). São Paulo: Contexto, 5ed. 2012.
- HENRIQUES, Cláudia. Turismo, Cidade e Cultura - Planejamento e Gestão Sustentável. Editora: Edições Sílabo, 2003.
- MRĐA, Ana; ŠĆITAROCI, Bojana. Relationship between tourism and cultural heritage in the spatial planning of tourist destinations on croatian islands Odnos turizma i kulturnog naslijeđa u prostornom planiranju turističkih odredišta hrvatskih otoka. 2015
- OLIVEIRA, Fernando Vicente. Capacidade de carga nas cidades históricas. Coleção Turismo. Campinas: Papyrus, 2003.

- OMT. Código de ética mundial para o turismo. Tradução para o português pela FUNDATEC / Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Resiliência Urbana. Documentos temáticos da Habitat III. Habitat III, Quito, out. 2016.
- PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene. Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo (coleção ambiental, vol. 09). Barueri, SP: Manole, 2010.
- ROSENFELD, Raymond A. Municipal economic tool kit. Disponível em [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net). Acessado em 12 de dezembro de 2019. P1-14.
- SALAZAR, Noel B.; ZHU, Yujie. Heritage and Tourism. In: MESKELL, Lynn. A reader. 1ed. Blackwell, 2015.
- VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri, SP: Manole, 2016.
- VEIGA, José Eli da. A Primeira Utopia do Antropoceno. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XX, n. 2, p. 233-252, abr.-jun. 2017.